

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	30/11/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00060
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		0,00012

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	4.016.714	3.910.404
1.01	Ativo Circulante	1.403.557	1.406.135
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	327.996	91.770
1.01.03	Contas a Receber	760.920	747.218
1.01.03.01	Clientes	760.920	747.218
1.01.04	Estoques	4.434	4.049
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.174	37.533
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.174	37.533
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.470	11.452
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	27.704	26.081
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.149	55.516
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	256.884	470.049
1.01.08.03	Outros	256.884	470.049
1.01.08.03.01	Outros Créditos	70.400	68.567
1.01.08.03.02	Derivativos	46.308	117.985
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	140.176	283.497
1.02	Ativo Não Circulante	2.613.157	2.504.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.706.084	1.513.331
1.02.01.04	Contas a Receber	18.025	16.094
1.02.01.04.01	Clientes	18.025	16.094
1.02.01.07	Tributos Diferidos	58.964	30.340
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	58.964	30.340
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	917	932
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.628.178	1.465.965
1.02.01.10.03	Derivativos	68.226	82.492
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	216.989	213.440
1.02.01.10.05	Tributos a compensar	24.542	24.637
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.317.744	1.137.915
1.02.01.10.07	Outros Créditos	677	7.481
1.02.04	Intangível	907.073	990.938
1.02.04.01	Intangíveis	907.073	990.938
1.02.04.01.02	Ativo Contratual em curso	104.122	218.331
1.02.04.01.03	Intangível	802.951	772.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	4.016.714	3.910.404
2.01	Passivo Circulante	1.337.329	1.253.140
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.485	15.780
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.485	15.780
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	21.485	15.780
2.01.02	Fornecedores	498.275	383.644
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	498.275	383.644
2.01.03	Obrigações Fiscais	153.919	130.472
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40.991	31.143
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.873	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.548	4.589
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	20.976	21.178
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	4.594	5.376
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	112.548	98.681
2.01.03.02.01	ICMS	112.548	98.681
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	380	648
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	380	648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	462.359	533.465
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	408.750	472.957
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	182.509	56.094
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	226.241	416.863
2.01.04.02	Debêntures	53.609	60.508
2.01.04.02.01	Debêntures	53.609	60.508
2.01.05	Outras Obrigações	201.291	189.779
2.01.05.02	Outros	201.291	189.779
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	37.935	37.935
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	105.118	108.930
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	27.510	22.288
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	30.728	20.626
2.02	Passivo Não Circulante	2.043.766	2.141.029
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.453.039	1.604.096
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	676.060	805.726
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	295.808	262.165
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	380.252	543.561
2.02.01.02	Debêntures	776.979	798.370
2.02.01.02.01	Debêntures	0	798.370
2.02.02	Outras Obrigações	336.065	277.389
2.02.02.02	Outros	336.065	277.389
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	176.818	190.740
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	120.373	46.031
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	38.874	40.618
2.02.04	Provisões	254.662	259.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	254.662	259.544
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	196.515	189.819
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30.643	33.586
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.125	32.595

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.05	Outros	2.379	3.544
2.03	Patrimônio Líquido	635.619	516.235
2.03.01	Capital Social Realizado	249.321	240.144
2.03.02	Reservas de Capital	46.729	55.905
2.03.04	Reservas de Lucros	372.634	372.634
2.03.04.01	Reserva Legal	16.138	16.138
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	356.496	356.496
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	118.839	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-151.904	-152.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.017.361	2.114.980	983.671	1.900.681
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-843.789	-1.748.523	-836.167	-1.579.650
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-696.875	-1.457.217	-708.937	-1.343.760
3.02.02	Custo de Operação	-77.300	-149.529	-67.278	-134.209
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-69.614	-141.777	-59.952	-101.681
3.03	Resultado Bruto	173.572	366.457	147.504	321.031
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.184	-156.918	-70.291	-130.049
3.04.01	Despesas com Vendas	-41.692	-84.541	-34.200	-63.540
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.058	-59.502	-34.443	-61.959
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.434	-12.875	-1.648	-4.550
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	93.388	209.539	77.213	190.982
3.06	Resultado Financeiro	-12.649	-22.598	137	-24.508
3.06.01	Receitas Financeiras	24.325	51.625	23.443	42.425
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.974	-74.223	-23.306	-66.933
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.739	186.941	77.350	166.474
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.391	-68.102	-29.170	-62.186
3.08.01	Corrente	-31.027	-97.007	-4.153	-41.225
3.08.02	Diferido	1.636	28.905	-25.017	-20.961
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	51.348	118.839	48.180	104.288
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	51.348	118.839	48.180	104.288
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00097	0,00224	0,00091	0,00196

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	51.348	118.839	48.180	104.288
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.079	545	2.012	-2.034
4.02.02	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de passivos financeiros	-1.079	545	2.012	-2.034
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.269	119.384	50.192	102.254

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	501.609	-157.603
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	342.034	291.844
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	186.942	166.474
6.01.01.02	Amortização	53.990	49.818
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	7.088	7.421
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	29.677	40.561
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	11.356	8.186
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	12.285	4.562
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.696	24.211
6.01.01.09	Outros	0	-9.389
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	159.575	-449.447
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-56.194	-56.101
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-1.547	-1.761
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	159	2.176
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	-5.435	14.771
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	166.787	-90.161
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	27.893	3.648
6.01.02.09	Fornecedores	114.631	10.331
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-86.308	-54.152
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	12.747	-95.145
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-15.176	-11.600
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-53.755	-43.770
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	5.222	-58.203
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-19.556	-10.517
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	57.566	-54.786
6.01.02.18	Contas a Pagar CDE	-6.183	5.458
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	18.724	-9.635
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-122.184	-100.124
6.02.02	Adições de Ativo Contratual	-127.609	0
6.02.03	Adições de Intangível	0	-100.062
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (aplicações)	0	-2.040
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	5.425	1.978
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-143.199	76.977
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	393.483	708.939
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-644.407	-720.002
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	107.725	88.040
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	236.226	-180.750
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.770	374.459
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	327.996	193.709

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	9.176	-9.176	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	118.839	545	119.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	118.839	0	118.839
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	545	545
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	545	545
5.07	Saldos Finais	249.320	46.729	372.634	118.839	-151.903	635.619

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-28.445	0	0	-28.445
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Intermediário	0	0	-28.445	0	0	-28.445
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	86.094	4.164	90.258
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.287	0	104.287
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.193	4.164	-14.029
5.05.02.06	Efeito da Aplicação Inicial do CPC 48	0	0	0	-11.996	0	-11.996
5.05.02.07	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de Passivos Financeiros	0	0	0	-6.197	4.164	-2.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.06.10	Extinção da reserva estatutária no período - AGOE de 27/04/2018	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	51.393	286.404	-110.974	522.872

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	3.453.841	3.115.206
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.352.978	3.037.905
7.01.02	Outras Receitas	141.559	101.512
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-40.696	-24.211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.886.373	-1.715.127
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.703.684	-1.497.891
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-127.993	-178.589
7.02.04	Outros	-54.696	-38.647
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.567.468	1.400.079
7.04	Retenções	-54.129	-49.905
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.129	-49.905
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.513.339	1.350.174
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	54.705	45.576
7.06.02	Receitas Financeiras	54.705	45.576
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.568.044	1.395.750
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.568.044	1.395.750
7.08.01	Pessoal	82.315	74.959
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.587	40.656
7.08.01.02	Benefícios	37.783	30.458
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.945	3.845
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.288.475	1.145.549
7.08.02.01	Federais	677.244	632.747
7.08.02.02	Estaduais	609.848	511.610
7.08.02.03	Municipais	1.383	1.192
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	78.415	70.954
7.08.03.01	Juros	75.876	68.772
7.08.03.02	Aluguéis	2.539	2.182
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	118.839	104.288
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	118.839	104.288

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2019	2018	Variação	2019	2018	Variação
Receita operacional bruta	1.702.178	1.618.895	5,1%	3.494.537	3.139.416	11,3%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.313.472	1.149.362	14,3%	2.794.525	2.364.046	18,2%
Suprimento de energia elétrica	90.061	45.223	99,1%	270.699	57.166	373,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	69.515	59.846	16,2%	141.559	101.511	39,5%
Outras receitas operacionais	263.925	216.926	21,7%	512.106	426.996	19,9%
Ativo e passivo financeiro setorial	(34.795)	147.537	-123,6%	(224.353)	189.696	-218,3%
Deduções da receita operacional	(684.817)	(635.224)	7,8%	(1.379.556)	(1.238.735)	11,4%
Receita operacional líquida	1.017.361	983.671	3,4%	2.114.980	1.900.681	11,3%
Custo com energia elétrica	(696.875)	(708.937)	-1,7%	(1.457.217)	(1.343.760)	8,4%
Energia comprada para revenda	(583.039)	(564.702)	3,2%	(1.252.078)	(1.049.575)	19,3%
Encargo de uso do sist transm distrib	(113.837)	(144.234)	-21,1%	(205.139)	(294.185)	-30,3%
Custo e despesa operacional	(227.098)	(197.522)	15,0%	(448.225)	(365.939)	22,5%
Pessoal	(40.695)	(38.211)	6,5%	(75.138)	(73.610)	2,1%
Entidade de previdência privada	(5.678)	(4.093)	38,7%	(11.356)	(8.186)	38,7%
Material	(6.346)	(6.143)	3,3%	(12.753)	(11.688)	9,1%
Serviço de terceiros	(38.409)	(36.856)	4,2%	(76.006)	(72.561)	4,7%
Amortização	(27.082)	(25.130)	7,8%	(53.990)	(49.818)	8,4%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(69.515)	(59.846)	16,2%	(141.559)	(101.511)	39,5%
Outros	(39.376)	(27.241)	44,5%	(77.424)	(48.565)	59,4%
Resultado do serviço	93.388	77.213	20,9%	209.539	190.982	9,7%
Resultado financeiro	(12.649)	138	-9271,9%	(22.597)	(24.508)	-7,8%
Receitas financeiras	24.325	23.443	3,8%	51.626	42.425	21,7%
Despesas financeiras	(36.974)	(23.306)	58,6%	(74.223)	(66.933)	10,9%
Resultado antes dos tributos	80.739	77.350	4,4%	186.942	166.474	12,3%
Contribuição social	(8.044)	(7.663)	5,0%	(18.459)	(16.371)	12,8%
Imposto de renda	(21.347)	(21.508)	-0,7%	(49.643)	(45.815)	8,4%
Resultado Líquido do Período	51.348	48.180	6,6%	118.839	104.288	14,0%
EBITDA	120.470	102.343	17,7%	263.529	240.800	9,4%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 1.702.178, apresentando aumento de 5,1% (R\$ 83.283) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.632.663, apresentando um aumento de 4,7% (R\$ 73.614) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 14,3% (R\$ 164.110) principalmente pelo (i) aumento de 13,7% (R\$ 157.192) na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 19,25% (percepção do consumidor) compensado parcialmente pela redução da alíquota efetiva de 5,14% e (ii) aumento de 0,5% (R\$ 6.919) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 99,1% (R\$ 44.838) principalmente: (i) venda de energia no MVE (Mecanismo de Venda de Excedente de energia elétrica) (R\$ 51.808), compensado parcialmente por (ii) redução de venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 8.317) principalmente em função de recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores e redução na tarifa média de energia elétrica comercializada no curto prazo em função da redução no preço de liquidação de diferenças (“PLD”);
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 21,7% (R\$ 46.999) basicamente: (i) aumento na receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 41.855) em função principalmente do RTA de outubro de 2018 compensado pela redução no volume de energia vendida, (ii) aumento na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 10.699), (iii) aumento nas despesas de arrendamentos e aluguéis (R\$ 1.337), compensado parcialmente por (iv) ressarcimento de acordos bilaterais em 2018 (R\$ 3.730), e (v) redução nas subvenções

Comentário do Desempenho

baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) e subvenção CCRBT (R\$ 3.116);

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 123,6% (R\$ 182.332), principalmente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 108.700), (ii) diferimento de custo de energia, repasse de Itaipu e CDE (R\$ 188.619), compensado parcialmente por (iii) aumento nos diferimentos de sobrecontratação, risco hidrológico-custo de energia e encargos de serviços do sistema (ESS) (R\$ 108.656).

➤ Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2019, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou redução de 1,0% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 49,7% do mercado total da distribuidora, apresentou redução de 0,8% no 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. O consumo dessa classe foi impactado por um calendário de leitura de consumo com menos dias que o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 22,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou resultado em linha, redução de 0,2% no 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi impactado pelo efeito de um calendário de leitura de consumo com menos dias que o mesmo período do ano anterior e pela movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 13,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou redução de 9,9% no 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público concessionárias e permissionárias) participam com 14,4% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram crescimento de 7,3% no 2º trimestre de 2019. Esse valor é reflexo do aumento expressivo do consumo da classe serviço público ocasionado pela entrada de um grande cliente.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve redução de 2,0% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta redução na classe residencial de 0,9%, crescimento na classe comercial de 1,7% e redução na classe industrial de 5,6%. As demais classes de consumo apresentaram crescimento de 6,8%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2019 foram de R\$ 684.817, apresentando um aumento de 7,8% (R\$ 49.593) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 37.108) em função do aumento na base de cálculo, (ii) CDE (R\$ 26.107), compensado parcialmente por (iii) redução com bandeiras tarifárias (R\$ 14.759).

Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2019 o custo com energia elétrica foi de R\$ 696.875, apresentando uma redução de 1,7% (R\$ 12.062), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 3,2% (R\$ 18.337) em função: (i) aumento de 21,8% (R\$ 112.937) no volume de energia comprada, (ii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 8.332), compensado parcialmente por (iii) redução de 16,4% (R\$ 101.527) no preço médio, justificado principalmente pela redução do PLD e (iv) ressarcimento de geradoras (R\$ 1.405).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** redução de 21,1% (R\$ 30.397) impactado principalmente pelo: (i) encargos de rede básica (R\$ 44.012), compensado parcialmente por (ii) encargo de energia de

Comentário do Desempenho

reserva (EER) (R\$ 4.910), (iii) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 3.916) e (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.099).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 227.098 no 2º trimestre de 2019, apresentando um aumento de 15,0% (R\$ 29.576) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 157.583, apresentando aumento de 14,5% (R\$ 19.907).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 130.504 no 2º trimestre de 2019, um aumento de 16,0% (R\$ 17.960) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 6,5% (R\$ 2.484) principalmente: (i) PLR (R\$ 1.968), (ii) desligamentos (R\$ 1.523), compensado por (iii) redução em ordens em curso (R\$ 1.128);
- ii. **Entidade:** aumento de 38,7% (R\$ 1.585) principalmente pelo ajuste do laudo atuarial;
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 4,2% (R\$ 1.553) principalmente: (i) recuperação de inadimplência/cobrança (R\$ 912) e (ii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 786);
- iv. **Outros:** aumento de 44,5% (R\$ 12.135) principalmente em: (i) perda/ganho na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 5.664) e (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 5.653).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 2º trimestre de 2019 apresentou uma despesa líquida de R\$ 12.649, um aumento de despesa líquida de R\$ 12.787 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 3,8% (R\$ 882) principalmente: (i) multa, juros e atualização monetária cobrados sobre faturas de energia em atraso (R\$ 3.662), (ii) rendas de aplicações financeiras (R\$ 1.013), compensado parcialmente por redução com: (iv) deságio de crédito de ICMS (R\$ 2.465) e (v) atualização de ativos financeiros setoriais (R\$ 1.533).
- **Despesas financeiras:** aumento de 58,6% (R\$ 13.668), principalmente em: (i) ajuste de MTM (R\$ 13.815), (ii) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 2.049), compensado parcialmente por (iii) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 2.104).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada no 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 29.391, apresentando aumento de 0,8% (R\$ 220) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 2º trimestre de 2019 um lucro líquido de R\$ 51.348, com aumento de 6,6% (R\$ 3.168), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

Comentário do Desempenho

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 120.470, apresentando aumento de 17,7% (R\$ 18.127) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	327.996	91.770
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	760.920	747.218
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	11.470	11.452
Outros tributos a compensar	7	27.704	26.081
Derivativos	30	46.308	117.985
Ativo financeiro setorial	8	140.176	283.497
Estoques		4.434	4.049
Outros ativos	11	84.548	124.083
Total do circulante		1.403.557	1.406.135
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	18.025	16.094
Depósitos judiciais	20	216.989	213.440
Outros tributos a compensar	7	24.542	24.637
Derivativos	30	68.226	82.492
Créditos fiscais diferidos	9	58.964	30.340
Ativo financeiro da concessão	10	1.317.744	1.137.915
Outros ativos	11	1.595	8.413
Ativo contratual	13	104.122	218.331
Intangível	12	802.951	772.607
Total do não circulante		2.613.157	2.504.269
Total do ativo		4.016.714	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	14	498.275	383.644
Empréstimos e financiamentos	15	408.750	472.957
Debêntures	16	53.609	60.508
Entidade de previdência privada	17	30.728	20.626
Taxas regulamentares	18	27.510	22.288
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	10.873	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	143.046	130.472
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	37.935	37.935
Obrigações estimadas com pessoal		21.485	15.780
Outras contas a pagar	21	105.119	108.932
Total do circulante		1.337.328	1.253.141
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	676.060	805.726
Debêntures	16	776.979	798.370
Entidade de previdência privada	17	176.818	190.740
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	254.662	259.544
Passivo financeiro setorial	8	120.373	46.031
Outras contas a pagar	21	38.874	40.618
Total do não circulante		2.043.766	2.141.029
Patrimônio líquido			
Capital social	22	249.321	240.144
Reserva de capital		46.729	55.905
Reserva legal		16.138	16.138
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		356.496	356.496
Resultado abrangente acumulado		(151.904)	(152.449)
Lucros acumulados		118.839	-
Total do patrimônio líquido		635.619	516.235
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.016.714	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019		2018 ⁽¹⁾	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	24	1.017.361	2.114.980	983.671	1.900.681
Custo com serviço					
Custo com energia elétrica	25	(696.875)	(1.457.217)	(708.937)	(1.343.760)
Custo com operação	26	(77.300)	(149.529)	(67.278)	(134.209)
Amortização		(24.004)	(47.754)	(21.043)	(41.683)
Outros custos com operação		(53.296)	(101.775)	(46.235)	(92.526)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(69.614)	(141.777)	(59.952)	(101.681)
Lucro operacional bruto		173.572	366.457	147.504	321.031
Despesas operacionais	26				
Despesas com vendas		(41.692)	(84.541)	(34.200)	(63.540)
Amortização		(148)	(303)	(171)	(345)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19.540)	(40.696)	(13.887)	(24.211)
Outras despesas com vendas		(22.004)	(43.542)	(20.142)	(38.984)
Despesas gerais e administrativas		(31.058)	(59.502)	(34.443)	(61.959)
Amortização		(2.930)	(5.933)	(3.916)	(7.790)
Outras despesas gerais e administrativas		(28.128)	(53.569)	(30.527)	(54.169)
Outras despesas operacionais		(7.434)	(12.876)	(1.649)	(4.550)
Outras despesas operacionais		(7.434)	(12.876)	(1.649)	(4.550)
Resultado do serviço		93.388	209.539	77.213	190.982
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		24.325	51.626	23.443	42.425
Despesas financeiras		(36.974)	(74.223)	(23.306)	(66.933)
		(12.649)	(22.597)	138	(24.508)
Lucro antes dos tributos		80.739	186.942	77.350	166.474
Contribuição social	9	(8.044)	(18.459)	(7.663)	(16.371)
Imposto de renda	9	(21.347)	(49.643)	(21.508)	(45.815)
		(29.391)	(68.103)	(29.171)	(62.186)
Lucro líquido do período		51.348	118.839	48.180	104.288
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	0,97	2,24	0,91	1,96

(1) Veja nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	51.348	118.839	48.180	104.288
Outros resultados abrangentes	(1.079)	545	2.012	(2.034)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.079)	545	2.012	(2.034)
Resultado abrangente do período	50.269	119.384	50.192	102.254

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2019
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	240.144	55.905	16.138	356.496	(152.449)	-	516.235
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	118.839	118.839
Ouros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	545	-	545
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital	9.176	(9.176)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	249.321	46.729	16.138	356.496	(151.904)	118.839	635.619

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de junho de 2018
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
			Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	104.288	104.288	
Ouros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	4.163	(6.197)	(2.034)	
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)	
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	(200.310)	-	-	200.310	-	
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(28.445)	-	(28.445)	
Saldos em 30 de junho de 2018	240.144	55.905	7.604	-	43.789	-	(110.975)	286.404	522.872

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Lucro antes dos tributos	186.942	166.474
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	53.990	49.818
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.088	7.421
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.696	24.211
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	29.677	40.561
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	11.356	8.186
Perda (ganho) na baixa de não circulante	12.285	4.562
Outros	-	(9.389)
	<u>342.034</u>	<u>291.844</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(56.194)	(56.101)
Tributos a compensar	(1.547)	(1.761)
Depósitos judiciais	159	2.176
Ativo financeiro setorial	166.787	(90.161)
Contas a receber - CDE	(5.435)	14.771
Outros ativos operacionais	27.893	3.648
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	114.631	10.331
Outros tributos e contribuições sociais	12.747	(95.145)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(15.176)	(11.600)
Taxas regulamentares	5.222	(58.203)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(19.556)	(10.517)
Passivo financeiro setorial	57.566	(54.786)
Contas a pagar - CDE	(6.183)	5.458
Outros passivos operacionais	18.724	(9.636)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	641.672	(59.682)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(53.755)	(43.770)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(86.308)	(54.152)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	501.609	(157.604)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(2.040)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	5.425	1.978
Adições de ativo contratual	(127.609)	-
Adições de intangível	-	(100.062)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(122.184)	(100.124)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	393.483	708.939
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(644.407)	(720.001)
Liquidação de operações com derivativos	107.725	88.040
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(143.199)	76.978
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	236.226	(180.750)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	91.770	374.459
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	327.996	193.709

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018.**

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
1 - Receita	3.453.841	3.115.206
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.352.978	3.037.905
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	141.559	101.511
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.696)	(24.211)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.886.372)	(1.715.126)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.613.772)	(1.497.891)
2.2 Material	(89.912)	(66.676)
2.3 Serviços de terceiros	(127.993)	(111.913)
2.4 Outros	(54.696)	(38.647)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.567.469	1.400.079
4 - Retenções	(54.129)	(49.905)
4.1 Amortização	(54.129)	(49.905)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.513.340	1.350.174
6 - Valor adicionado recebido em transferência	54.705	45.576
6.1 Receitas financeiras	54.705	45.576
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.568.044	1.395.750
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	82.315	74.959
8.1.1 Remuneração direta	40.587	40.656
8.1.2 Benefícios	37.783	30.458
8.1.3 F.G.T.S	3.945	3.845
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.288.475	1.145.549
8.2.1 Federais	677.244	632.747
8.2.2 Estaduais	609.848	511.610
8.2.3 Municipais	1.383	1.192
8.3 Remuneração de capital de terceiros	78.415	70.954
8.3.1 Juros	75.876	68.771
8.3.2 Aluguéis	2.539	2.182
8.4 Remuneração de capital próprio	118.839	104.288
8.4.1 Lucros retidos	118.839	104.288
	1.568.044	1.395.750

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 exceto pelo CPC 06 (R2) Operações com arrendamento mercantil e ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, que conforme descrito na nota 3.15 daquelas demonstrações financeiras não tem impacto materiais, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 5 de agosto de 2019.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas)

Notas Explicativas

está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 24 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização e provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as informações contábeis intermediárias de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

	2º trimestre 2018			1º semestre 2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	983.671	-	983.671	1.900.681	-	1.900.681
CUSTO COM SERVIÇO:						
Custo com energia elétrica	(708.937)	-	(708.937)	(1.343.760)	-	(1.343.760)
Custo com operação	(67.278)	-	(67.278)	(134.209)	-	(134.209)
Amortização	-	(21.043)	(21.043)	-	-	(41.683)
Outros custos com operação	-	(46.235)	(46.235)	-	(92.526)	(92.526)
Custo com serviço prestado a terceiros	(59.952)	-	(59.952)	(101.681)	-	(101.681)
Lucro operacional bruto	147.504	-	147.504	321.031	-	321.031
DESPESAS OPERACIONAIS:						
Despesas com vendas	(34.200)	-	(34.200)	(63.540)	-	(63.540)
Amortização	-	(171)	(171)	-	(345)	(345)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(13.887)	(13.887)	-	(24.211)	(24.211)
Outras despesas com vendas	-	(20.142)	(20.142)	-	(38.984)	(38.984)
Despesas gerais e administrativas	(34.443)	-	(34.443)	(61.959)	-	(61.959)
Amortização	-	(3.916)	(3.916)	-	(7.790)	(7.790)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(30.527)	(30.527)	-	(54.169)	(54.169)
Outras despesas operacionais	(1.649)	-	(1.649)	(4.550)	-	(4.550)
Outras despesas operacionais	-	(1.649)	(1.649)	-	(4.550)	(4.550)
Resultado do serviço	77.213	-	77.213	190.982	-	190.982
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	23.443	-	23.443	42.425	-	42.425
Despesas financeiras	(23.306)	-	(23.306)	(66.933)	-	(66.933)
	138	-	138	(24.508)	-	(24.508)
Lucro antes dos tributos	77.350	-	77.350	166.474	-	166.474
Contribuição social	(7.663)	-	(7.663)	(16.371)	-	(16.371)
Imposto de renda	(21.508)	-	(21.508)	(45.815)	-	(45.815)
	(29.171)	-	(29.171)	(62.186)	-	(62.186)
Lucro líquido do período	48.180	-	48.180	104.288	-	104.288

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) e o ICPC 22 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

Com relação ao ICPC 22, a Companhia aplicou a interpretação e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06(R2) estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. O CPC 06(R2) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos, a partir das perspectivas de arrendador e arrendatário. Através das mudanças advindas do CPC 06(R2), esse pronunciamento eliminou a classificação como tanto arrendamento operacional, quanto financeiro, estabelecendo um único modelo de contabilização para arrendatário, em que todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06(R2), os pagamentos de arrendamentos operacionais não são debitados ao resultado operacional pelo regime de competência. Em vez disso, a depreciação do direito de uso de um ativo arrendado, bem como as despesas financeiras e os ganhos ou perdas cambiais sobre o passivo de arrendamento, afetam o resultado. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A Companhia aplicou a isenção de arrendamento de curto prazo e reconhece os pagamentos associados a tais arrendamentos como despesas ao longo dos prazos contratuais.

De acordo com as disposições de transição estabelecidas no CPC 06(R2), a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com o efeito cumulativo de sua aplicação inicial reconhecida em 1º de janeiro de 2019, sem reapresentação da informação do período anterior, sendo escolhidos os seguintes expedientes práticos: arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Notas Explicativas

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2019	31/12/2018
Saldos bancários	80.894	91.577
Aplicações financeiras	247.101	193
Títulos de crédito privado (a)	247.101	193
Total	327.996	91.770

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 134.744 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2018), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 95.086 e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 17.271, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 91,43% do CDI.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	141.696	131.863	23.342	296.901	292.621
Industrial	34.379	23.628	19.066	77.073	70.960
Comercial	48.247	21.693	6.304	76.244	84.256
Rural	2.105	1.062	151	3.318	3.762
Poder público	11.370	817	19	12.207	13.422
Iluminação pública	11.343	688	18	12.049	12.849
Serviço público	16.008	431	2.647	19.085	20.649
Faturado	265.148	180.182	51.547	496.877	498.519
Não faturado	240.929	-	-	240.929	231.314
Parcelamento de débito de consumidores	38.256	8.904	5.875	53.035	44.174
Operações realizadas na CCEE	42.436	-	-	42.436	41.941
Concessionárias e permissionárias	13.246	-	-	13.246	3.100
	600.015	189.086	57.422	846.523	819.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(85.603)	(71.829)
Total				760.920	747.218
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	9.817	-	-	9.817	7.886
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	18.025	-	-	18.025	16.094

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2018	(71.829)	(2.702)	(74.531)
Provisão revertida (constituída) líquida	(64.034)	(135)	(64.169)
Recuperação de receita	23.473	-	23.473
Baixa de contas a receber provisionadas	26.787	-	26.787
Saldo em 30/06/2019	(85.603)	(2.837)	(88.440)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	2.191
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	8.151
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.470	1.110
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.470	11.452
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.586	5.546
ICMS a compensar	15.801	15.279
Programa de integração social - PIS	950	938
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.276	4.222
Outros	91	96
Outros tributos a compensar	27.704	26.081
Total circulante	39.174	37.533
Não circulante		
ICMS a compensar	24.542	24.637
Total não circulante	24.542	24.637

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 30/06/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	99.553	334.513	434.064	(49.126)	(214.290)	10.305	51.202	129.754	180.955
CVA (*)									
CDE (**)	40.813	35.138	75.950	(18.510)	(21.444)	1.613	23.251	14.359	37.610
Custos energia elétrica	35.145	185.046	220.191	(39.908)	(120.491)	6.823	(4.028)	70.642	66.614
ESS e EER (***)	(49.147)	(150.633)	(199.780)	(32.404)	96.457	(5.327)	(83.509)	(57.544)	(141.053)
Proinfra	-	2.881	2.881	10.311	(1.767)	258	10.521	1.163	11.684
Rede básica	(17.034)	24.439	7.405	9.980	(14.911)	91	(7.525)	10.091	2.566
Repasse de Itaipu	109.639	193.145	302.783	44.139	(124.566)	8.494	156.968	73.883	230.851
Transporte de Itaipu	2.546	10.366	12.912	2.380	(6.627)	334	5.029	3.970	8.999
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.593)	(13.953)	(17.547)	(20.415)	8.561	(584)	(24.593)	(5.392)	(29.985)
Sobrecontratação	(18.816)	48.084	29.269	(4.699)	(29.502)	(1.397)	(24.912)	18.582	(6.331)
Outros componentes financeiros	(128.911)	(67.689)	(196.600)	(2.468)	41.531	(3.615)	(134.994)	(26.158)	(161.151)
Total	(29.358)	266.824	237.466	(51.594)	(172.759)	6.690	(83.792)	103.596	19.803
Ativo circulante			283.497						140.176
Passivo não circulante			(46.031)						(120.373)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Notas Explicativas

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	30/06/2019	31/12/2018
Crédito (Débito) de contribuição social		
Benefício fiscal do intangível incorporado	9.662	10.180
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	4.342	(3.842)
Subtotal	14.004	6.338
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Benefício fiscal do intangível incorporado	33.161	34.938
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	11.799	(10.935)
Subtotal	44.960	24.002
Total	58.964	30.340

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2019 e 2018 a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.103	25.287	9.744	27.067
Entidade de previdência privada	3.447	9.574	2.891	8.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.960	22.110	6.708	18.633
Provisão energia livre	2.055	5.708	1.994	5.538
Programas de P&D e eficiência energética	5.403	15.009	5.022	13.949
Provisão relacionada a pessoal	601	1.669	829	2.303
Derivativos	(7.495)	(20.818)	(17.862)	(49.617)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.024)	(2.843)	(1.078)	(2.996)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(33.298)	(92.494)	(30.849)	(85.693)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Instrumentos financeiros	(1.266)	(3.517)	(1.156)	(3.212)
Outros	(112)	(573)	950	2.376
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	15.425	42.850	15.425	42.850
Total	4.342	11.799	(3.842)	(10.935)

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	CSLL			
	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	80.739	186.942	77.350	166.474
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(615)	(615)	(843)	(1.144)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	8.040	16.895	7.680	15.240
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.214	1.883	959	1.334
Base de cálculo	89.378	205.105	85.146	181.904
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(8.044)	(18.459)	(7.663)	(16.371)
Corrente	(8.522)	(26.200)	(1.085)	(10.951)
Diferido	478	7.741	(6.578)	(5.420)

	IRPJ			
	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	80.739	186.942	77.350	166.474
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(615)	(615)	(843)	(1.144)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	8.040	16.895	7.680	15.240
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(2.777)	(4.649)	1.843	2.690
Base de cálculo	85.387	198.573	86.030	183.260
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(21.347)	(49.643)	(21.508)	(45.815)
Corrente	(22.505)	(70.807)	(3.067)	(30.274)
Diferido	1.158	21.164	(18.441)	(15.541)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2018	1.137.915
Transferência - ativo contratual	153.246
Transferência - intangível	(436)
Ajuste ao valor justo	28.573
Baixas	(1.554)
Saldo em 30/06/2019	1.317.744

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	2.309	530	678	678
Adiantamentos - fornecedores	1.092	1.031	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	6.804
Ordens em curso	18.699	24.840	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.225	1.679	-	-
Despesas antecipadas	14.149	55.516	917	932
Contas a receber - CDE	20.111	14.676	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.151	2.943	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	6.982	5.277	-	-
Faturas diversas	2.454	2.584	-	-
Outros	12.212	17.709	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.837)	(2.702)	-	-
Total	84.548	124.083	1.595	8.413

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.500 (R\$ 1.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 18.595 (R\$ 13.269 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 16 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2018).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão Infraestrutura de distribuição - em serviço
Saldo em 31/12/2018	772.607
Custo histórico	2.108.934
Amortização acumulada	(1.336.327)
Amortização	(54.129)
Transferência - ativo contratual	90.587
Transferência - ativo financeiro	436
Baixa e transferência - outros ativos	(6.550)
Saldo em 30/06/2019	802.951
Custo histórico	2.152.371
Amortização acumulada	(1.349.420)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2018	218.331
Adições	129.624
Transferência para intangível em serviço	(90.587)
Transferência - ativo financeiro	(153.246)
Saldo em 30/06/2019	104.122

Notas Explicativas

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) FORNECEDORES

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	2.006	10.944
Suprimento de energia elétrica	356.314	230.946
Encargos de uso da rede elétrica	48.094	38.645
Materiais e serviços	49.270	61.789
Energia livre	42.590	41.320
Total	<u>498.275</u>	<u>383.644</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Encargos, atualização monetária e marcação a mercado</u>	<u>Atualização cambial</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo em 30/06/2019</u>
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	61.108	-	(9.575)	1.153	-	(1.174)	51.511
Pós Fixado							
TJLP	56.290	-	(13.789)	2.177	-	(2.073)	42.605
TLP (IPCA)	176.027	55.000	-	7.988	-	(3.905)	235.110
Selic	30.149	-	(4.707)	1.224	-	(367)	26.298
CDI	-	125.000	-	3.910	-	-	128.910
Total ao custo	<u>323.574</u>	<u>180.000</u>	<u>(28.071)</u>	<u>16.452</u>	<u>-</u>	<u>(7.519)</u>	<u>484.434</u>
Gastos com captação (*)	<u>(5.315)</u>	<u>(1.214)</u>	<u>-</u>	<u>412</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.117)</u>
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	871.855	-	(361.921)	11.544	(5.942)	(13.193)	502.344
Euro	104.281	-	-	405	(1.037)	(410)	103.238
Marcação a mercado	(15.712)	-	-	16.622	-	-	910
Total ao valor justo	<u>960.424</u>	<u>-</u>	<u>(361.921)</u>	<u>28.571</u>	<u>(6.979)</u>	<u>(13.603)</u>	<u>606.492</u>
Total	<u>1.278.683</u>	<u>178.786</u>	<u>(389.992)</u>	<u>45.435</u>	<u>(6.979)</u>	<u>(21.122)</u>	<u>1.084.810</u>
Circulante	<u>472.957</u>						<u>408.750</u>
Não Circulante	<u>805.726</u>						<u>676.060</u>

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)	49.508	57.101	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%	2.003	4.007	2012 a 2019	Fiança da CPFL Energia
		<u>51.511</u>	<u>61.108</u>		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)	42.605	56.290	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<u>42.605</u>	<u>56.290</u>		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,80% (b)	235.110	176.027	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<u>235.110</u>	<u>176.027</u>		
SELIC					
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)	26.298	30.149	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<u>26.298</u>	<u>30.149</u>		
CDI					
Nota Promissória	103,4% CDI (c)	128.910	-	2019	Fiança da CPFL Energia
Total moeda nacional		<u>484.434</u>	<u>323.574</u>		
Gastos com captação (*)		<u>(6.117)</u>	<u>(5.315)</u>		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	328.420	697.437	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,27%	173.925	174.417	2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>502.344</u>	<u>871.855</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,80%	103.238	104.281	2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		910	(15.712)		
Total moeda estrangeira		<u>606.492</u>	<u>960.424</u>		
Total		<u>1.084.810</u>	<u>1.278.683</u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 30 de junho de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 606.492 (R\$ 960.424 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 910 (ganhos de R\$ 15.712 em 31 de dezembro de 2018), que compensada com ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 6.520 (perdas de R\$ 7.929 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 5.610 (R\$ 7.783 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/07/2020	83.330
2021	388.912
2022	43.862
2023	31.711
2024	28.828
2025 a 2028	98.106
Subtotal	674.749
Marcação a mercado	1.312
Total	676.060

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional								
CDI - Nota Promissória	125.000	125.000	124.818	Parcela única com principal	Parcela única em Dezembro/2019	Capital de giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
IPCA - BNDES	347.264	55.000	53.968	Mensal	Mensal a partir de abril/2020	Investimento	IPCA + 4,80%	IPCA + 5,45%
	<u>472.264</u>	<u>180.000</u>	<u>178.786</u>					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2019, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado (operações descontinuadas, mudanças no valor recuperável, margens na construção de ativo entre outros efeitos não recorrentes, caso ocorra) menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais patrimônio líquido menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Notas Explicativas

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2019
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	595.777	215.000	(254.415)	18.432	(26.001)	548.793
IPCA	64.775	-	-	3.127	(1.666)	66.235
Total ao custo	660.552	215.000	(254.415)	21.559	(27.667)	615.028
Gastos com captação (*)	(7.074)	(303)	-	856	-	(6.521)
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	201.913	-	-	10.232	(4.966)	207.179
Marcação a mercado	3.489	-	-	11.412	-	14.901
Total ao custo	205.402	-	-	21.644	(4.966)	222.080
Total	858.878	214.697	(254.415)	44.059	(32.633)	830.588
Circulante	60.508					53.609
Não circulante	798.370					776.979

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	109,5% do CDI CDI + 0,48% a 0,83%	(a)	548.793	595.777	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 5,2901%	(b)	66.235	64.775	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			615.028	660.552		
	Gastos com captação (*)		(6.521)	(7.074)		
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	207.179	201.913	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			14.901	3.489		
Total mensuradas ao valor justo			222.080	205.402		
Total			830.588	858.878		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Algumas debentures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI | CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debentures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debentures, de modo a reduzir o descasamento contábil. Em 30 de junho de 2019, o saldo da debênture designada ao valor justo totalizava R\$ 222.080 (R\$ 205.402 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas debentures foram de R\$ 14.901 (R\$ 3.489 em 31 de dezembro de 2018), que compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 24.742 (R\$ 9.936 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 9.841 (R\$ 6.447 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	159.053
2022	122.051
2023	139.169
2024	240.375
2025	101.429
Subtotal	762.077
Marcação a mercado	14.901
Total	776.979

Adições no período:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - CDI									
Debêntures	11ª emissão	215.000	215.000	214.697	Semestral	2 Parcelas anuais a partir de maio de 2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia

Pré-pagamento:

No primeiro semestre de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 215.000 de debêntures cujos vencimentos originais eram de janeiro de 2021.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2019 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Notas Explicativas

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

17.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	210.744
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	11.356
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(15.221)</u>
Passivo atuarial líquido em 30/06/2019	206.878
Outras contribuições	669
Total passivo	<u>207.546</u>
Circulante	30.728
Não circulante	176.818

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Semestre 2019</u>	<u>1º Semestre 2018</u>
Custo do serviço	2.724	2.182
Juros sobre obrigações atuariais	62.530	57.314
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(53.898)</u>	<u>(51.310)</u>
Total da despesa (receita)	<u>11.356</u>	<u>8.186</u>

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	360	360
Conta de desenvolvimento energético - CDE	20.658	-
Bandeiras tarifárias e outros	<u>6.492</u>	<u>21.928</u>
Total	<u>27.510</u>	<u>22.288</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se a quota mensal de R\$ 20.658 homologada pela ANEEL destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 24.4)

Notas Explicativas**(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.802	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	3.071	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>10.873</u>	<u>-</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	112.548	98.681
Programa de integração social - PIS	4.548	4.589
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.976	21.178
Outros	4.974	6.024
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>143.046</u>	<u>130.472</u>
Total	<u>153.919</u>	<u>130.472</u>

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	30.643	11.383	33.586	11.755
Cíveis	25.125	31.340	32.595	30.323
Fiscais				
Imposto de renda	154.110	165.902	151.811	163.410
Outras	42.405	8.363	38.008	7.953
	<u>196.515</u>	<u>174.265</u>	<u>189.819</u>	<u>171.363</u>
Outros	2.380	-	3.543	-
Total	<u>254.662</u>	<u>216.989</u>	<u>259.544</u>	<u>213.440</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 30/06/2019</u>
Trabalhistas	33.586	2.317	(2.358)	(4.866)	1.964	30.643
Cíveis	32.595	5.116	(670)	(13.750)	1.833	25.125
Fiscais	189.819	2.288	(11)	(7)	4.426	196.515
Outros	3.543	-	(307)	(932)	76	2.380
Total	<u>259.544</u>	<u>9.721</u>	<u>(3.346)</u>	<u>(19.556)</u>	<u>8.299</u>	<u>254.662</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estavam assim representadas:

	30/06/2019	31/12/2018	Principais causas
Trabalhistas	86.041	86.811	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	165.550	152.951	danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	536.802	546.648	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	3.781	3.899	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	792.174	790.309	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	15.102	10.433	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	30.058	26.409	9.740	16.887
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.595	20.803	17.998	10.882
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	6.471	6.872	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	10.170	10.933
Adiantamentos	2.035	1.771	62	94
Descontos tarifários - CDE	3.092	9.275	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	146	146	-	-
Folha de pagamento	1.616	2.207	-	-
Participação nos lucros	7.454	10.027	905	1.822
Convênios de arrecadação	14.089	14.566	-	-
Outros	5.932	4.895	-	-
Total	105.119	108.932	38.874	40.618

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Notas Explicativas

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

22.1 - Aumento de Capital

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.176, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

22.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.226; e (ii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 37.304 declarado em novembro de 2018.

(23) LUCRO POR AÇÃO

23.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º semestre	2º Trimestre	1º semestre
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	51.348	118.839	48.180	104.288
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,97	2,24	0,91	1,96

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	722.991	1.563.847	637.188	1.291.328
Industrial	164.888	328.096	163.059	319.950
Comercial	306.654	643.646	270.604	545.911
Rural	12.303	25.616	10.841	21.257
Poderes públicos	36.927	73.418	33.196	63.517
Iluminação pública	33.348	64.822	30.083	57.234
Serviço público	43.032	87.494	31.062	57.650
Fornecimento faturado	1.320.143	2.786.938	1.176.034	2.356.846
Fornecimento não faturado (líquido)	(6.671)	7.587	(26.672)	7.200
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(492.059)	(1.044.838)	(422.619)	(853.893)
Fornecimento de energia elétrica	821.414	1.749.688	726.743	1.510.154
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	62.726	159.192	9.571	19.355
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.577)	(5.458)	(2.411)	(5.221)
Energia elétrica de curto prazo	27.335	111.507	35.652	37.811
Suprimento de energia elétrica	87.484	265.241	42.812	51.945
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	494.636	1.050.297	425.030	859.114
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	198.375	385.660	156.520	306.539
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(1.141)	(4.754)	(844)	(2.634)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	69.515	141.559	59.846	101.511
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	(34.795)	(224.353)	147.537	189.696
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	17.414	27.206	6.715	16.516
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	32.792	71.362	35.908	68.085
Outras receitas e rendas	16.485	32.632	18.627	38.490
Outras receitas operacionais	793.281	1.479.609	849.339	1.577.317
Total da receita operacional bruta	1.702.178	3.494.537	1.618.895	3.139.416
Deduções da receita operacional				
ICMS	(286.137)	(609.572)	(254.023)	(511.367)
PIS	(26.670)	(54.826)	(25.779)	(49.938)
COFINS	(122.844)	(252.531)	(118.741)	(230.018)
ISS	(25)	(51)	(23)	(44)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(221.114)	(431.221)	(195.007)	(386.113)
Programa de P & D e eficiência energética	(9.316)	(19.554)	(9.171)	(17.827)
PROINFA	(11.044)	(21.594)	(10.229)	(20.000)
Bandeiras tarifárias e outros	(6.585)	11.955	(21.344)	(21.616)
Outros	(1.081)	(2.162)	(907)	(1.814)
	(684.817)	(1.379.556)	(635.224)	(1.238.735)
Receita operacional líquida	1.017.361	2.114.980	983.671	1.900.681

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita de operações com energia elétrica - em GWh				
Classe de consumidores				
Residencial	967	2.101	975	2.017
Industrial	255	514	283	570
Comercial	446	953	447	923
Rural	27	56	27	54
Poderes públicos	56	114	58	114
Iluminação pública	83	164	82	163
Serviço público	83	170	63	118
Fornecimento faturado	1.916	4.071	1.935	3.960
Consumo próprio	1	3	1	2
Fornecimento de energia elétrica	1.917	4.075	1.936	3.962
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	418	702	30	60
Energia elétrica de curto prazo	252	564	133	133
Suprimento de energia elétrica	670	1.266	163	193

Nº de consumidores	30/06/2019	30/06/2018
Classe de consumidores		
Residencial	1.664.715	1.628.659
Industrial	6.267	6.310
Comercial	82.617	82.203
Rural	7.320	7.274
Poderes públicos	8.245	8.211
Iluminação pública	2.256	2.154
Serviço público	1.231	1.183
Consumo Próprio	155	152
Total	1.772.806	1.736.146

Notas Explicativas

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

24.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2016). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao RTA ocorrido em outubro de 2016. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2017 a 22 de outubro de 2018.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão divulgados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No primeiro semestre de 2019, foi registrada receita de R\$ 71.362 (R\$ 68.085 no primeiro semestre de 2018), sendo (i) R\$ 3.862 (R\$ 4.210 no primeiro semestre de 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 65.960 (R\$ 60.729 no primeiro semestre de 2018) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 85 (R\$ 47 no primeiro semestre de 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 1.455 (R\$ 3.099 no primeiro semestre de 2018) de subvenção CCRBT. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 21).

24.4 - Bandeiras tarifárias

Vigente desde 1º de janeiro de 2015, o sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias, criado por meio da REN ANEEL nº 547/2013, busca, primordialmente, sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha, sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais críticas. Para cada 100 KWh consumidos, antes dos efeitos tributários, a bandeira amarela resulta em acréscimos de R\$1,50 na tarifa, enquanto a bandeira vermelha, a depender do patamar, em R\$ 4,00 (patamar 1) e em R\$ 6,00 (patamar 2). Os valores informados estão vigentes desde 1º de junho de 2019 e foram regulamentados pela REH ANEEL nº 2551/2019.

No primeiro semestre de 2019, foram homologados pela ANEEL os meses de novembro de 2018 a abril de 2019. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 22.211, e o valor recebido pela Companhia ao CCRBT líquido dos pagamentos foi de R\$ 2.026 (R\$ 3.481 pago e R\$ 1.455 recebido), totalizando R\$ 20.185 utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). O montante de R\$ 6.492, referente a Bandeira Tarifária faturada de maio e

Notas Explicativas

junho de 2019 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 18).

24.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	130.595	254.736	137.009	243.963
PROINFA	19.749	40.042	15.491	31.488
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	479.782	1.069.150	467.622	876.230
Crédito de PIS e COFINS	(47.088)	(111.851)	(55.420)	(102.107)
Subtotal	583.039	1.252.078	564.702	1.049.575
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	81.244	165.557	125.256	248.703
Encargos de transporte de Itaipu	13.189	25.733	12.529	24.432
Encargos de conexão	6.547	13.082	5.616	11.232
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.373	8.466	4.276	9.012
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	3.196	(3.679)	(720)	7.361
Encargos de energia de reserva - EER	16.890	16.890	11.980	23.431
Crédito de PIS e COFINS	(11.603)	(20.910)	(14.702)	(29.986)
Subtotal	113.837	205.139	144.234	294.185
Total	696.875	1.457.217	708.937	1.343.760

(*) Conta de energia de reserva

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Energia comprada para revenda - GWh				
Energia de Itaipu Binacional	517	1.030	529	1.054
PROINFA	46	90	47	92
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.356	4.955	1.821	3.737
Total	2.919	6.075	2.397	4.882

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	26.684	25.849	-	-	5.983	5.490	8.028	6.872	-	-	40.695	38.211
Entidade de previdência privada	5.678	4.093	-	-	-	-	-	-	-	-	5.678	4.093
Material	5.856	4.679	47	29	133	122	310	1.313	-	-	6.346	6.143
Serviços de terceiros	14.959	11.521	54	77	11.835	11.094	11.561	14.164	-	-	38.409	36.856
Custos com construção da infraestrutura	-	-	69.515	59.846	-	-	-	-	-	-	69.515	59.846
Outros	120	93	(1)	-	4.053	3.435	8.230	8.176	7.434	1.649	19.636	13.354
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.969	3.363	-	-	-	-	3.969	3.363
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.267	1.107	-	-	1.267	1.107
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	483	498	-	-	483	498
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	4.481	4.740	-	-	4.481	4.740
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	133	149	-	-	133	149
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	7.147	1.650	7.147	1.650
Outros	120	93	(1)	-	84	72	1.866	1.683	287	(1)	2.356	1.847
Total	53.296	46.235	69.614	59.952	22.004	20.142	28.128	30.527	7.434	1.649	180.476	158.505

Notas Explicativas

	1º Semestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
	2019	2018	2019	2018	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		2019	2018
Pessoal	50.057	50.417	-	-	11.265	10.330	13.816	12.863	-	-	75.138	73.610
Entidade de previdência privada	11.356	8.186	-	-	-	-	-	-	-	-	11.356	8.186
Material	12.081	9.391	95	45	279	230	298	2.022	-	-	12.753	11.688
Serviços de terceiros	28.323	24.348	126	125	23.764	21.422	23.793	26.666	-	-	76.006	72.561
Custos com construção da infraestrutura	-	-	141.559	101.511	-	-	-	-	-	-	141.559	101.511
Outros	(42)	184	(2)	-	8.235	7.003	15.661	12.617	12.876	4.550	36.728	24.354
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	8.055	6.844	-	-	-	-	8.055	6.844
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	2.539	2.182	-	-	2.539	2.182
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	983	693	-	-	983	693
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	8.321	6.639	-	-	8.321	6.639
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	265	295	-	-	265	295
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	12.285	4.562	12.285	4.562
Outros	(42)	184	(2)	-	180	159	3.553	2.808	591	(12)	4.280	3.139
Total	101.775	92.526	141.777	101.681	43.542	38.984	53.569	54.169	12.876	4.550	353.539	291.910

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	2.605	5.426	1.592	4.308
Acréscimos e multas moratórias	13.854	28.046	12.152	24.127
Atualização de créditos fiscais	-	-	20	39
Atualização de depósitos judiciais	1.847	3.707	1.869	3.774
Atualizações monetárias e cambiais	4.284	5.352	2.053	3.996
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	414	2.844	2.879	3.142
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	1.612	6.690	3.145	3.145
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.505)	(3.079)	(1.541)	(3.151)
Outros	1.215	2.639	1.274	3.044
Total	24.325	51.626	23.443	42.425
Despesas				
Encargos de dívidas	(25.904)	(53.676)	(27.047)	(50.632)
Atualizações monetárias e cambiais	(10.321)	(19.591)	3.883	(11.173)
(-) Juros capitalizados	604	1.876	1.166	1.960
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	2.049	-
Outros	(1.352)	(2.831)	(3.356)	(7.088)
Total	(36.974)	(74.223)	(23.306)	(66.933)
Resultado financeiro	(12.649)	(22.597)	138	(24.508)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 21.196 no primeiro semestre de 2019 (R\$ 128.324 no primeiro semestre de 2018) (nota 30).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.444 (R\$ 1.250 no primeiro semestre de 2018). Este valor é composto por R\$ 2.330 (R\$ 1.209 no primeiro semestre de 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 114 (R\$ 41 no primeiro semestre de 2018) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

	Passivo	Despesa/custo	
	30/06/2019	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
Empresas			
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	173	15.395	17.013

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	91	-	1	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.376	2.173	1.234	1.191	-	-	(1.266)	467
Companhia Jaguarí de Energia	397	742	93	128	-	-	(1.927)	(1.913)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.268	-	73	-	-	-	(3.374)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.507	1.508	179	198	-	-	(7.821)	(4.237)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	1	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	46	90	-	-	-	-	(264)	(280)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(19)	(18)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	86	-	4	-	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	77	1	1	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	14	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	-	-	(1)	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	69	-	5	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	496	438
CPFL Renováveis - Consolidado	15	43	-	-	69	69	7	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	3	3	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	37.935	37.935	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviço								
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	3.847	4.704	4.678	5.351	-	15	12.537	9.770
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	667	819	-	-	4.622	4.434
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	857	119	-	-	4.955	4.441
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	860	282	-	-	5.020	5.356
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	1.370	-	-	-	18.132	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	1.410	1.368	-	-	8.370	9.004
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.022	6.220	-	-	36.332	34.982
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	19	18
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	6.041	4.877	-	-	21.131	21.633
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	113	67	-	-	426	498
Campos Novos Energia S.A.	-	-	32.396	21.780	-	-	64.039	52.229
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.067	5.236	-	-	30.577	26.149
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	12.775	12.838	-	-	74.422	64.713
CPFL Renováveis - Consolidado	57	402	2.285	-	-	-	7.736	3.227
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	17	25
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	14	21
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	265	842

(*) As informações referente ao 1º Semestre 2019 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidoras de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2018.

(**) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como intangível da concessão da Companhia R\$ 29.013 no 1º semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 46.501 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

Notas Explicativas

(29) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	327.996	327.996
Derivativos	30	(a)	Nível 2	114.534	114.534
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.317.744	1.317.744
Total				1.760.274	1.760.274
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	478.318	478.331
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	606.492	606.492
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	608.508	608.663
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	222.080	222.080
Total				1.915.398	1.915.566

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 28.034 no 1º Semestre 2019 (uma perda de R\$ 1.679 no 1º Semestre 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial e (x) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Notas Explicativas

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do primeiro semestre de 2019 foi de R\$ 28.573 (R\$ 17.423 no primeiro semestre de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	81.328	81.328	75.154	6.173	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 1,41%) ou 3,27%	112,64% a 116% do CDI	mai/19 a mai/21	423.820
Empréstimos bancários - Lei 4.131	3.027	3.027	2.680	347	Euro + de 0,80%	105,1% do CDI	mai/21	100.000
	84.355	84.355	77.835	6.520				
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	30.180	30.180	5.438	24.742	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	out/25	197.000
Total	114.534	114.534	83.273	31.262				
Circulante	46.308							
Não circulante	68.226							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/06/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	198.470	(7.472)	(107.725)	83.273
Marcação a mercado (*)	2.007	29.255	-	31.262
Total	200.477	21.783	(107.725)	114.534

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são ganho de R\$ 29.255 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2019		2018		2019		2018	
Risco protegido / operação	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Varição de taxas de juros	2.018	3.780	(1.482)	(1.208)	-	-	-	-
Marcação a mercado	9.999	14.219	5.418	(1.151)	327	587	(22)	(25)
Varição cambial	(16.459)	(11.252)	119.262	120.710	-	-	-	-
Marcação a mercado	10.961	14.449	(8.615)	9.973	-	-	(555)	(612)
	6.518	21.196	114.583	128.324	327	587	(577)	(637)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma

Notas Explicativas

elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(503.361)		(18.954)	111.625	242.204
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	512.055		19.281	(113.553)	(246.387)
	8.694	baixa dolar	327	(1.928)	(4.183)
Instrumentos financeiros passivos	(103.131)		(6.528)	20.887	48.301
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	104.162		6.593	(21.096)	(48.784)
	1.031	baixa euro	65	(209)	(483)
Total	9.725		392	(2.137)	(4.666)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			158	(757)	(1.672)
Efeitos no resultado do período			234	(1.380)	(2.994)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2019 foi de R\$ 3,83 para o dólar e R\$ 4,36 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 3,98 e R\$ 4,63 e a depreciação cambial de 3,77% e 6,33%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	247.101				14.381	17.977	21.572
Instrumentos financeiros passivos	(677.703)				(39.442)	(49.303)	(59.163)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(735.365)				(42.798)	(53.498)	(64.197)
	(1.165.967)	alta CDI	6,34%	5,82%	(67.859)	(84.824)	(101.788)
Instrumentos financeiros passivos	(42.605)				(2.535)	(3.169)	(3.802)
	(42.605)	alta TJLP	6,71%	5,95%	(2.535)	(3.169)	(3.802)
Instrumentos financeiros passivos	(523.425)				(15.441)	(11.581)	(7.721)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	233.682				6.894	5.170	3.447
Ativo financeiro da concessão	1.317.744				38.873	29.155	19.437
	1.028.001	baixa IPCA	3,32%	2,95%	30.326	22.744	15.163
Ativos e passivos financeiros setoriais	19.803				1.149	861	574
Instrumentos financeiros passivos	(26.298)				(1.525)	(1.144)	(763)
	(6.495)	alta SELIC	6,32%	5,80%	(376)	(283)	(189)
Total	(187.066)				(40.444)	(65.532)	(90.616)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					393	320	247
Efeitos no resultado do período					(40.837)	(65.852)	(90.863)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 2.161

Notas Explicativas

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Notas Explicativas

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 05 de agosto de 2019.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2019;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2019.

Campinas, 5 de agosto de 2019.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2019;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2019.

Campinas, 5 de agosto de 2019.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações